

Como apoiar **CAMILA VALADÃO**

Guia pra quem quer fazer parte
dessa campanha que vai fazer
história de novo na Assembleia



umadenos.com.br

 [camilavaladao](https://www.instagram.com/camilavaladao)

Um mandato que
transforma lutas em

DIREITOS



26

leis aprovadas

64

projetos de lei
apresentados

45

audiências
públicas

44

visitas técnicas em
territórios e
comunidades

21

tribunas populares

400+

atendimentos pela Comissão de Direitos
Humanos

755

pessoas nas Jornadas
Antirracistas

153

cobranças ao governo

TUDO ISSO EM MENOS DE 4 ANOS

Uma mulher negra, mãe, assistente
social **no centro das decisões.**

sempre
por *ns*



Deputada Estadual | PSOL

CAMILA
VALADA
50180

 [camilavaladaops](https://www.instagram.com/camilavaladaops)



Sempre por nós

Um Estado justo precisa reconhecer que nem todas as pessoas partem do mesmo lugar. Por isso, **nossas políticas começam por quem enfrenta mais desigualdade, violência e dificuldade para acessar direitos.**

Pela vida das mulheres

A vida das mulheres é pauta central do nosso mandato. Numa Assembleia com apenas quatro mulheres entre trinta parlamentares, nossa atuação não pode ser só simbólica, é preciso ser motor de transformação. **As mulheres precisam viver com segurança, autonomia e liberdade. Isso exige leis, orçamento, serviços públicos e uma rede de proteção que funcione de verdade.**

O que já fizemos

- Criamos a **Política de Sistematização de Dados Integrados de Violência contra a Mulher**, para reunir informações e orientar políticas mais efetivas. (Lei nº 12.085/2024)
- Transformamos o **programa estadual de enfrentamento à violência obstétrica** em lei estadual. (Lei nº 12.449/2025).
- Garantimos **proteção à maternidade para atletas gestantes e puérperas** do Bolsa Atleta Capixaba. (Lei nº 12.208/2024)
- Garantimos **isenção em concursos estaduais para doadoras regulares de leite humano**. (Lei nº 12.928/2026)
- Fiscalizamos o **direito à laqueadura, a política de luto materno e parental e as obras das Casas da Mulher Brasileira**.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Aprovar o **aluguel social para mulheres vítimas de violência doméstica**. Nossa proposta no PL nº 277/2023 segue em tramitação.
- A criação de uma Política de Educação Continuada em Prevenção à Violência contra a Mulher, garantindo formação permanente de servidores **para prevenir e atender situações de violência contra as mulheres**. O PL nº 119/2026 está em tramitação.
- **Ampliar e integrar os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência**, garantindo acolhimento humanizado, profissionais capacitados e acesso à proteção em todas as regiões do Estado.
- **Criar oportunidades de trabalho, qualificação profissional e geração de renda para mulheres**, especialmente para aquelas em situação de violência.
- **Combater a violência política contra mulheres**, especialmente mulheres negras, garantindo proteção e condições para que participem dos espaços de decisão.

Povo negro vivo e forte

O racismo está presente na violência, na dificuldade de acesso ao trabalho, na escola, na saúde e em diferentes serviços públicos. Enfrentá-lo exige **políticas que protejam a vida da população negra, combatam as desigualdades e garantam direitos.**

O que já fizemos

- Incluímos o **Julho das Pretas no calendário oficial** com a *Lei nº 11.957/2023*.
- Criamos **regras para registrar corretamente crimes de discriminação nos boletins de ocorrência**, oficializadas na *Lei nº 12.356/2025*.
- Criamos o **Dia Estadual da Pessoa Trancista**, reconhecendo cultura, trabalho e geração de renda, com a *Lei nº 12.570/2025*.
- Realizamos duas **Jornadas Antirracistas** e cobramos dados e políticas de equidade racial.
- Criamos o **primeiro edital Escola Sem Racismo** e destinamos R\$ 500 mil em emendas parlamentares para projetos de educação antirracista em 20 escolas estaduais.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Cobrar uma **política permanente de equidade racial em todas as escolas estaduais**.
- Fortalecer a **saúde integral da população negra** e cobrar a **criação de comitês municipais**.
- Aprovar diretrizes de **enfrentamento ao racismo religioso**. O *PL nº 42/2024* segue em tramitação.
- **Ampliar oportunidades de trabalho, renda e crédito** para afroempreendedores e trancistas.

Em defesa da população quilombola

Defender a população quilombola é **garantir o direito à terra, proteger suas tradições e fazer com que as políticas públicas cheguem aos territórios.**

O que já fizemos

- Atuamos ao lado de **comunidades quilombolas de diferentes regiões do Espírito Santo**, enfrentando **conflitos pela terra, racismo ambiental e outras violações de direitos**.
- Cobramos **acesso à energia, transporte escolar, água e regularização territorial**.
- Ajudamos a fazer avançar a **construção da primeira escola estadual quilombola do Sapê do Norte** e defendemos a **permanência da Escola de Graúna** na rede estadual.
- Destinamos emendas para **atividades produtivas, veículos, educação antirracista e ações de mulheres quilombolas**.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Acelerar a **regularização e a titulação dos territórios quilombolas**.
- Acompanhar a **implantação da escola do Sapê do Norte**, com estrutura, professores preparados e currículo ligado ao território.
- Proteger lideranças ameaçadas e **enfrentar a criminalização das comunidades**.
- **Combater o racismo ambiental e garantir consulta às comunidades** sobre projetos que afetem seus territórios.

Em defesa dos povos indígenas

Nenhuma decisão que afete os povos indígenas deve ser tomada sem a participação deles. **Defendemos a proteção dos territórios, o respeito às culturas e a garantia de direitos.**

O que já fizemos

- Atuamos **ao lado dos povos Tupinikim e Guarani em Aracruz pela proteção da terra, pela educação indígena e por políticas de cultura, juventude e geração de renda.**
- **Atualizamos a denominação da Semana Estadual da Luta Indígena**, retirando um termo marcado pelo colonialismo. Agora oficializado pela *Lei nº 12.568/2025*.
- Propusemos **apoio à produção, editais culturais específicos e um Centro de Referência da Juventude Indígena.**

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Criação do **Centro de Referência da Juventude Indígena em Aracruz**, dentro do território demarcado, com coordenação, equipe e atividades construídas pelos povos Tupinikim e Guarani.
- Criar **linhas de crédito e editais específicos para artesãos e empreendedores indígenas**, apoiando a geração de trabalho e renda nos territórios.
- Garantir **editais estaduais voltados às iniciativas culturais indígenas**, respeitando e valorizando os saberes e as tradições de cada povo.
- Exigir **consulta livre, prévia e informada antes da instalação de empreendimentos que possam afetar territórios indígenas.**

Pelo direito de ser, viver e amar em liberdade

Toda pessoa tem o direito de viver com liberdade, segurança e respeito. Nosso **compromisso é enfrentar a LGBTfobia e garantir dignidade, oportunidades e direitos à população LGBTQIA+.**

O que já fizemos

- Aprovamos **medidas para melhorar o registro de crimes motivados por LGBTfobia**, com a *Lei nº 12.356/2025*.
- Criamos a **Semana Estadual de Empregabilidade e Capacitação de pessoas travestis, transgêneras e não binárias**, estabelecida pela *Lei nº 12.627/2025*.
- Atuamos na **derrubada da lei antigênero** e defendemos a liberdade de ensinar.
- Realizamos **seminários LGBTQIAPN+** e apoiamos um mutirão de retificação de documentos.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Aprovar o *PL nº 446/2025*, que **proíbe práticas de conversão ou “cura” LGBTQIA+** e prevê a responsabilização de quem as promove.
- Retomar a proposta de **isenção da taxa para emissão de nova carteira de identidade após a retificação de nome, sexo ou gênero.**
- Cobrar a **regulamentação do uso do nome social em todos os órgãos, secretarias, autarquias e fundações do Estado.**



Deputada Estadual | PSOL **CAMILA VALADÃO 50180**

Garantir os direitos das crianças e dos adolescentes é cuidar de cada etapa da vida: da gestação ao nascimento, do direito de brincar ao acesso à educação, à cultura e à proteção contra todas as formas de violência.

O que já fizemos

- Criamos a **Semana Estadual do Brincar**, reconhecendo o brincar como parte do **desenvolvimento das crianças**, oficializada pela *Lei nº 12.088/2024*.
- **Cobramos dos municípios propostas** para realizar a **Semana do Brincar nas escolas**.
- Propusemos a **implantação de CAPS Infantojuvenis em Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus e Viana**.
- Levamos para a Frente Parlamentar de Saúde Mental o debate sobre o **cuidado de crianças e adolescentes**, reunindo familiares, trabalhadores, pesquisadores e gestores públicos.
- Propusemos que o orçamento destinado às políticas para crianças e adolescentes seja definido com a participação do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**.
- Criamos o programa estadual de **enfrentamento à violência obstétrica** e garantimos proteção à maternidade para atletas gestantes e puérperas do Bolsa-Atleta Capixaba.
- Apresentamos a proposta de **criação do Observatório Estadual de Violência Digital contra Crianças e Adolescentes**, para acompanhar casos e orientar políticas de prevenção e proteção.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- **Aprovar e implantar o Observatório Estadual de Violência Digital contra Crianças e Adolescentes**, previsto no *PL nº 440/2026*.
- Aprovar a **Política Estadual de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Orfandade**, garantindo atendimento psicológico, assistência social, apoio educacional e acompanhamento das famílias. *PL nº 793/2025*.
- Garantir a adesão e a implementação dos **Planos Municipais da Primeira Infância**, com metas para saúde, educação, assistência social, proteção e direito ao brincar.
- Criar o **Centro Integrado de Proteção à Criança e ao Adolescente Araceli Crespo**, reunindo diferentes serviços de atendimento e proteção.
- Ampliar a estrutura das **Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, com atendimento 24 horas** e novas unidades em Serra, Vila Velha e Cariacica.
- Garantir que o orçamento das políticas para crianças e adolescentes seja definido com a participação do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**.
- Acompanhar a implementação das metas pactuadas no **Plano Estadual pela Primeira Infância e cobrar orçamento específico para a primeira infância no Plano Plurianual (PPA)**.

Juventude é presente

A juventude quer construir seu próprio caminho. **Nosso compromisso é garantir educação, trabalho, renda, cultura, mobilidade e voz nas decisões que afetam sua vida.**

O que já fizemos

- Visitamos os **14 Centros de Referência das Juventudes (CRJs)** do Espírito Santo, ouvimos jovens e trabalhadores e levantamos as necessidades de cada unidade.
- Atuamos junto ao Governo do Estado para **defender a continuidade dos CRJs**, cobrando informações sobre contratos, recursos, equipes e manutenção dos serviços diante do encerramento da parceria com o BID.
- Garantimos o **uso gratuito das escolas estaduais pelos cursinhos populares**, com a *Lei nº 11.917/2023*.
- Realizamos a audiência pública **“A Juventude Capixaba Quer Viver!”** e apresentamos **propostas de educação, saúde, trabalho e proteção para jovens**, especialmente negros e periféricos.
- Propusemos a **criação de uma universidade estadual pública** e mais oportunidades de trabalho para jovens que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Transformar os **CRJs em uma política permanente do Estado, com orçamento próprio, equipes valorizadas e garantia de continuidade dos serviços**.
- Levar os CRJs também para os **municípios do interior, ampliando o acesso a formação, cultura, trabalho, renda e atendimento psicossocial**.
- Aprovar o *PL nº 477/2026*, que reconhece o Slam ES — **Competição Estadual de Poesia Falada — como manifestação de relevante interesse cultural e valoriza a arte produzida pelas juventudes**.
- **Criar o Observatório da Juventude Capixaba**, com participação dos jovens e da sociedade civil, para produzir dados e orientar as políticas públicas.
- **Garantir financiamento e transporte para estudantes de cursinhos populares** e ampliar o acesso dos jovens do interior às universidades.
- Criar **oportunidades de formação e trabalho para jovens do sistema socioeducativo** por meio do Programa Jovens Valores.

Pessoas com deficiência com autonomia e direitos

Acessibilidade não é favor. É condição para que todas as pessoas participem da vida pública com autonomia e dignidade.

O que já fizemos

- Criamos o **cartão de identificação para pessoas com deficiência e seus cuidadores**, garantindo atendimento prioritário em todo o Estado, com a *Lei nº 12.823/2026*.
- Fiscalizamos o cumprimento da **lei que tornou permanente o laudo de autismo**. Após a cobrança do mandato, a Ceturb passou a aceitar esses laudos independentemente da data de emissão.
- Propusemos a construção de **Centros Especializados em Transtorno do Espectro Autista (Cetea) nas regiões Norte e Sul**, para descentralizar o atendimento e reduzir as filas.
- Fiscalizamos o **Transcol Mais Acessível** diante da falta de veículos e vagas, das dificuldades de agendamento e das falhas nos canais de atendimento.
- Apresentamos propostas para **garantir intérpretes de Libras nos eventos do Governo**, melhorar a acessibilidade da Assembleia e criar uma carreira estadual para esses profissionais.
- Cobramos **acessibilidade para pessoas surdas no Portal do Servidor e nos canais de atendimento do Estado**.
- Propusemos adaptar o **aplicativo GVBUS para pessoas com deficiência visual e garantir gratuidade no Transcol aos cuidadores**, mesmo quando estiverem sem a pessoa cuidada.
- Apresentamos um **projeto para impedir que estudantes com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento sejam punidos por crises relacionadas à sua condição**, garantindo acompanhamento pedagógico, psicossocial e participação da família.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Garantir **validade permanente aos laudos que comprovem deficiências, doenças ou transtornos permanentes**, com a aprovação do *PL nº 326/2023*, em tramitação.
- Criar uma **política de saúde mental para familiares e cuidadores de pessoas com deficiência e doenças raras**.
- Implantar **triagem auditiva nas escolas públicas**, permitindo identificar precocemente alterações que prejudiquem o desenvolvimento e a aprendizagem.
- Disponibilizar **tecnologias assistivas no SUS**, como abafadores de ruído para pessoas com sensibilidade sensorial.
- Implantar **recursos de comunicação alternativa nos espaços públicos** para pessoas que não utilizam ou têm dificuldades com a fala.
- Criar um **programa de moradia assistida gratuita para pessoas autistas** que necessitem de apoio para viver com segurança e autonomia.
- Realizar o **Censo Estadual da Pessoa com Deficiência**, para identificar as necessidades dessa população e planejar políticas públicas com dados confiáveis.





Sempre por nossos direitos

Direitos precisam sair do papel e fazer diferença na vida das pessoas. Para isso, **defendemos serviços públicos fortes, profissionais valorizados e políticas que funcionem em cada bairro, município e comunidade.**

Serviço público forte e trabalho com direitos

Serviços públicos de qualidade dependem de gente suficiente para atender a população. Por isso, defendemos concursos, nomeações, carreiras valorizadas e condições dignas de trabalho.

O que já fizemos

- Tornamos o mandato uma referência para **comissões de pessoas aprovadas em concursos**, abrindo espaço para suas demandas e cobrando respostas dos órgãos públicos.
- Atuamos pelo **fortalecimento do lases**: cobramos concurso para os cargos de nível superior, realizado em **2025 com mais de 160 vagas**; garantimos o aproveitamento do cadastro de reserva, com **a nomeação de 96 agentes socioeducativos, sendo 78 mulheres**; e denunciemos a desigualdade no novo edital, que destinava menos de 10% das vagas imediatas às mulheres. Após nossa atuação junto ao Ministério Público, o instituto e a banca foram orientados a corrigir as regras.
- Conseguimos a **retirada da altura mínima no concurso da Polícia Penal**, ampliando o acesso à carreira. A mudança foi oficializada pela *Lei Complementar nº 1.118/2025*.
- Cobramos nomeações e **prorrogação de concursos do TJES, Incaper, Banestes, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública e outros órgãos**.
- Defendemos a **realização de concursos para a Saúde, Detran e Polícia Civil, incluindo vagas para psicólogos e assistentes sociais**.
- Cobramos **recursos no orçamento para a nomeação de mais defensores públicos**, garantindo atendimento jurídico a quem não pode pagar.
- **Fiscalizamos irregularidades no concurso da Polícia Penal** e cobramos a aplicação correta das cotas no concurso da Polícia Civil.
- Garantimos a **isenção da taxa de concursos estaduais para doadoras de leite humano**, com a *Lei nº 12.928/2026*.
- Levamos ao Parlamento a **luta pelo fim da escala 6 por 1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial**.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- **Defender concursos públicos** onde faltam servidores e a nomeação de pessoas aprovadas.
- Realizar novos concursos para o **lases**, contemplando **agentes socioeducativos e profissionais de nível superior, com igualdade de vagas para mulheres.**
- **Reduzir o excesso de contratos temporários, especialmente na Sedu e no lases**, valorizando servidores efetivos e garantindo continuidade aos serviços.
- Fiscalizar bancas organizadoras e assegurar o **cumprimento das cotas raciais e para pessoas com deficiência, com igualdade entre mulheres e homens.**
- Construir planos de carreira, salários dignos, formação continuada e **políticas de saúde mental para os servidores públicos.**
- Garantir às trabalhadoras e aos trabalhadores terceirizados do Estado o **direito de acompanhar filhos e dependentes em consultas, tratamentos de saúde e atividades escolares sem desconto no salário**, com a aprovação do *PL nº 280/2025*, em tramitação.
- Retomar a **proposta do fim da escala 6x1 nos contratos públicos estaduais**, garantindo dois dias de descanso por semana, sem redução salarial, para trabalhadores terceirizados e de serviços concedidos pelo Estado.
- Cobrar **reajuste digno que recomponha as perdas inflacionárias** dos servidores públicos.
- Cobrar a **redução da carga horária dos trabalhadores da saúde para 30 horas**, visando melhorar a qualidade de vida dos profissionais e o atendimento à população.
- Cobrar a realização de concurso público para **assistentes sociais e psicólogos na educação.**



Saúde pública e cuidado em liberdade

Saúde pública de qualidade é ter atendimento perto de casa, profissionais suficientes, acesso a exames e tratamentos e cuidado com respeito, sem abandono nem violência.

O que já fizemos

- Criamos e presidimos a **Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial**, reunindo usuários, familiares, trabalhadores, pesquisadores e movimentos sociais na Ales para discutir e criar diretrizes sobre o assunto.
- Criamos a **Semana Estadual da Luta Antimanicomial e pelos Direitos das Pessoas com Sofrimento Psíquico e/ou em Uso de Drogas**, com a *Lei nº 12.802/2026*.
- Levamos à Assembleia uma **auditoria que apontou 17 problemas e mais de 30 recomendações para a Rede de Atenção Psicossocial**, incluindo falta de profissionais, estruturas inadequadas e esperas superiores a 100 dias.
- Cobramos **novos CAPS e CAPS Infantojuvenis**, inclusive em Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus e Viana.
- Fiscalizamos os **recursos destinados às comunidades terapêuticas e defendemos que o dinheiro público fortaleça os CAPS** e o cuidado em liberdade, perto das famílias e dos territórios.
- Realizamos uma **audiência pública sobre cannabis medicinal e cobramos a implantação da política de fornecimento de medicamentos à base de canabidiol pelo SUS**.
- Criamos o **Mês de Conscientização sobre a Doação de Córneas**, com a *Lei nº 12.152/2024*, e fiscalizamos o funcionamento das comissões de doação de órgãos e tecidos nos hospitais.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Ampliar o **acesso à cannabis medicinal pelo SUS**, contemplando diferentes condições de saúde e fortalecendo a pesquisa e a participação das associações de pacientes.
- Criar uma **política de atenção integral para pessoas com fissura labiopalatina e outras malformações craniofaciais**, com diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional e tratamento especializado.
- Ampliar os **CAPS e CAPS Infantojuvenis**, com profissionais suficientes, estrutura adequada e atendimento em todas as regiões do Estado.
- **Garantir recursos específicos para a saúde mental no orçamento estadual**, permitindo acompanhar quanto o Estado investe nos serviços.
- Aprovar **proposta para garantir a fisioterapia 24 horas nas UTIs** adultas e pediátricas e terapias ocupacionais nas equipes.
- **Proibir a publicidade de casas de apostas em bens e espaços administrados pelo Estado**, com a aprovação do *PL nº 434/2026*, em tramitação.
- Criar na **Rede de Atenção Psicossocial** um fluxo para identificar e atender pessoas com dependência em jogos e apostas, oferecendo cuidado também às famílias.
- Ampliar o **fornecimento de sensores de monitoramento contínuo de glicose** para pessoas com diabetes atendidas pelo SUS.
- Fortalecer o diagnóstico, o acesso a medicamentos e o **atendimento especializado às pessoas com doença falciforme e doenças raras**.
- **Fortalecer os bancos de leite humano**, ampliar a divulgação sobre a doação e garantir estrutura para coleta, armazenamento e distribuição do leite doado.

Educação pública democrática e de qualidade

A escola pública precisa acolher, ensinar, formar pensamento crítico e **garantir condições dignas para estudantes e trabalhadores.**

O que já fizemos

- Garantimos que os **cursinhos populares utilizem gratuitamente as escolas estaduais**, ampliando a preparação de estudantes para o Enem com a *Lei nº 11.917/2023*.
- **Destinamos recursos para o cursinhos populares e para Escolas Famílias Agrícolas** de diferentes municípios.
- Fiscalizamos o **pagamento dos professores temporários, o cumprimento do piso do magistério** e a aplicação dos recursos destinados à remuneração dos profissionais da educação.
- Cobramos a **climatização das escolas estaduais**, diante das salas quentes e das condições inadequadas para estudar e trabalhar.
- Fiscalizamos o fechamento e a municipalização de escolas e cobramos que as **comunidades sejam ouvidas nas decisões sobre diretores e unidades de ensino**.
- Defendemos a **liberdade de ensinar** e atuamos, junto com o PSOL e a organizações da sociedade civil, para **derrubar a lei antigênero**. O STF declarou a medida inconstitucional.
- **Cobramos bibliotecas em todas as escolas estaduais**, concurso para bibliotecários e a recuperação da Biblioteca Pública Estadual.
- Incentivamos a **adesão dos municípios ao pacto de combate ao analfabetismo** e de fortalecimento da **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**.
- Propusemos **formação continuada e licença remunerada para que os profissionais da educação** possam fazer cursos, pós-graduação e pesquisas.
- Cobramos o **direito à educação e melhores condições de aprendizagem** para adolescentes e jovens atendidos pelo sistema socioeducativo.
- Cobramos a **implementação da Política Nacional de Educação Digital nas escolas capixabas**. Defendemos que a inclusão digital não seja apenas colocar internet e equipamentos nas escolas.





O que vamos FAZER AVANÇAR

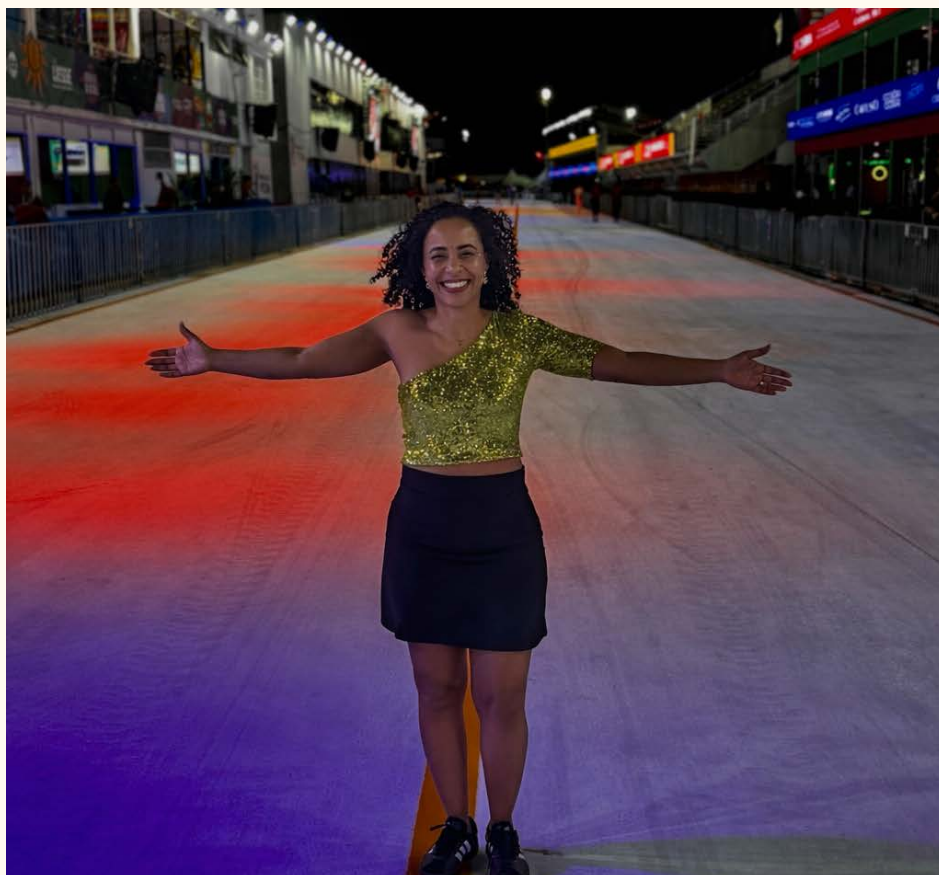
- Garantir um **Estatuto do Magistério construído com os trabalhadores**, respeitando direitos, carreira, jornada e valorização salarial.
- Realizar **concursos e ampliar as equipes das escolas**, com bibliotecários, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais necessários ao atendimento dos estudantes.
- Aprovar **nossa política de climatização ecológica e arborização das escolas**, com mais sombra, ventilação, áreas verdes, reaproveitamento de água e prioridade para as unidades mais vulneráveis.
- Garantir **prioridade às escolas na instalação e no restabelecimento de água, energia elétrica e saneamento**.
- Aprovar uma **política estadual de transporte escolar**, com veículos seguros, acessíveis e adequados às condições das áreas rurais.
- Criar o **Observatório da Educação do Campo**, reunindo dados para combater o fechamento de escolas e planejar transporte, estrutura e formação de professores.
- **Garantir alimentação aos estudantes em situação de vulnerabilidade** também durante as férias escolares.
- **Apoiar e fortalecer as Escolas Famílias Agrícolas** e a pedagogia da alternância, respeitando a realidade dos povos do campo.
- Cobrar a implementação plena da **Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público em todo o Espírito Santo**, além de planos de carreira, formação inicial e continuada e condições adequadas de trabalho para as profissionais e os profissionais da educação.
- Seguir defendendo a **gestão democrática da educação pública**, favorecendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas.
- Seguir atuando por uma **educação antirracista**, cobrando o **ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas**, como determinam as *Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008*.
- Seguir defendendo uma **educação anticapacitista**, cobrando escolas acessíveis, profissionais preparados e recursos adequados para garantir a aprendizagem e a participação de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação.
- Fortalecer a **Educação do Campo e garantir o direito de crianças, jovens e adultos estudarem onde vivem**, com respeito às especificidades curriculares e oferta preferencial no território do campo, revertendo o fechamento de escolas.
- Fortalecer a **Educação Quilombola e Indígena**, respeitando suas especificidades e garantindo financiamento adequado para a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A cultura resiste

Cultura é direito, trabalho, memória e identidade. **O poder público precisa apoiar quem mantém viva a cultura capixaba.**

O que já fizemos

- Reconhecemos como de **utilidade pública a Associação de Bandas de Congo de Cariacica**, com a *Lei nº 11.962/2023*, e o **Centro Cultural Eliziário Rangel, na Serra**, com a *Lei nº 12.343/2024*.
- Criamos o **Dia Estadual do Reggae**, com a *Lei nº 12.918/2026*, valorizando sua contribuição para a cultura, a identidade negra e a luta por direitos.
- Destinamos, entre 2024 e 2026, **mais de R\$ 1,2 milhão em emendas para o carnaval capixaba, apoiando escolas de samba, ligas e blocos de rua**.
- Apoiamos **projetos como Grito da Cultura, Samba Itinerante, Casa Sinestésica, Academia de Sonhos, Origraffes, Serenata D’Favela** e o próprio **Centro Cultural Eliziário Rangel**.
- Garantimos recursos para o **Seminário Trabalho na Cultura**, fortalecendo o debate sobre renda, direitos e condições de trabalho para artistas e produtores culturais.
- **Fiscalizamos os atrasos dos editais do Funcultura** e cobramos **transparência na Lei de Incentivo à Cultura Capixaba** e nos recursos destinados à preservação do patrimônio.
- Cobramos a **reforma da Biblioteca Pública do Espírito Santo** e defendemos a preservação de seu acervo e a retomada das visitas escolares e comunitárias.
- Defendemos a **continuidade das turmas da manhã do balé da Fafi** e a regularização do pagamento de suas professoras.
- Cobramos o andamento dos **Centros de Artes e Esportes Unificados**, financiados pelo Governo Federal para ampliar o acesso à cultura nos territórios.



O que vamos FAZER AVANÇAR

- **Reconhecer o Slam ES** — Competição Estadual de Poesia Falada como manifestação de relevante interesse cultural, valorizando a arte produzida pelas juventudes e periferias.
- **Criar o Observatório das Políticas Culturais do Espírito Santo**, para acompanhar investimentos, editais, equipamentos e o acesso da população às ações culturais.
- Ampliar **editais específicos para as culturas negra, indígena, quilombola, periférica e popular**, com recursos chegando também aos municípios do interior.
- Manter a **gestão pública do Teatro Carlos Gomes** e **criar o Instituto do Patrimônio Cultural do Espírito Santo** para proteger, recuperar e valorizar o patrimônio capixaba.
- Garantir a **reforma e o funcionamento pleno da Biblioteca Pública Estadual**, com acessibilidade, preservação do acervo e programação aberta às comunidades e escolas.
- Levar o programa **Escola Nacional de Hip-Hop ao Espírito Santo**, reconhecendo o hip-hop como ferramenta de educação, cultura e transformação social.
- **Ampliar o investimento no carnaval capixaba** durante todo o ano, valorizando músicos, costureiras, aderecistas, carnavalescos e os demais trabalhadores da cadeia produtiva.
- Garantir **acessibilidade física e comunicacional nos teatros, bibliotecas, museus, centros culturais, festas e editais públicos**.
- **Defender a ampliação do investimento público na cultura** e o fortalecimento do **Fundo Estadual de Cultura**, garantindo recursos permanentes.
- **Atuar pela valorização de artistas, técnicos, produtores, mestres e mestras da cultura**, com remuneração digna, formação e políticas de proteção social.
- **Propor políticas permanentes de proteção, reconhecimento e financiamento** para saberes, festas, manifestações e territórios culturais tradicionais.
- **Defender o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura**, dos conselhos, fóruns e conferências, garantindo a participação de artistas, trabalhadores e comunidades nas decisões sobre a política cultural.

Moradia digna e direito à cidade

Ter onde morar com segurança muda a vida de uma família. Por isso, nenhuma remoção deve acontecer com violência, sem diálogo ou sem uma alternativa digna para quem será retirado.

O que já fizemos

- Realizamos **60 ações relacionadas a conflitos fundiários e ao direito à moradia:** foram 16 visitas aos territórios, 35 atendimentos e mediações e nove audiências públicas e debates.
- **Acompanhamos ocupações** como **Vila Esperança e Vista Linda**, em Vila Velha; **Chico Prego e José Carlos Luz Marques**, em Vitória; e **Nova Conquista**, em Conceição da Barra.
- Estivemos ao lado dos **moradores da Barra do Jucu diante da ameaça de demolição de casas**, cobrando diálogo e respeito aos direitos das famílias.
- Reunimos moradores, Defensoria Pública, Judiciário, governos e movimentos sociais para buscar soluções que **evitassem despejos violentos e sem alternativa habitacional**.
- Trouxemos representantes das secretarias nacionais de Periferias e de Diálogos Sociais para conhecer as ocupações Vila Esperança e Chico Prego e **discutir soluções habitacionais**.
- Propusemos a **inclusão de 500 famílias da Ocupação Vila Esperança no Novo PAC**, cobrando a atuação conjunta do Governo do Estado e da Prefeitura de Vila Velha.
- Defendemos a participação da **Comissão de Direitos Humanos nas visitas da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça**, levando a realidade das famílias aos espaços de mediação.
- Enfrentamos a tentativa do Governo de tratar os conflitos pela terra como caso de polícia, **defendendo sua mediação pelas áreas de direitos humanos e habitação**.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- **Cobrar do Governo do Estado mais recursos para moradia popular, urbanização e regularização fundiária**, com prioridade para famílias de baixa renda.
- Defender que **imóveis e terrenos públicos sem uso sejam destinados à habitação de interesse social**, respeitando a função social da propriedade.
- Fortalecer uma **estrutura estadual permanente de mediação de conflitos fundiários**, com participação das áreas de habitação, direitos humanos, assistência social e justiça.
- Garantir que **obras de urbanização levem água, energia, saneamento, transporte e equipamentos públicos às comunidades**.
- Assegurar a **participação dos moradores em todas as decisões** que possam mudar seus bairros, suas casas e seus modos de vida.
- Cobrar a destinação de **terrenos e edifícios vazios da União, do Estado e dos municípios para a produção de moradias de interesse social e equipamentos públicos**, combatendo a privatização dos imóveis públicos.



Circular pela cidade e pelo interior com segurança e dignidade é parte do direito à educação, ao trabalho, à saúde e ao lazer.

O que já fizemos

- Criamos o **Selo Empresa Amiga do Ciclista**, com a *Lei nº 12.172/2024*, incentivando **locais de trabalho a oferecer estrutura e apoio para quem usa a bicicleta**.
- Criamos a **Semana Estadual de Combate à Violência no Trânsito contra Ciclistas e Pedestres**, oficializada com a *Lei nº 12.495/2025*.
- Cobramos **transparência sobre os recursos públicos destinados ao Sistema Transcol**, a renovação da frota, a criação de linhas e as mudanças de horários.
- Denunciamos e discutimos na Ales a **falta de veículos, vagas e canais de atendimento no Transcol Mais Acessível** e cobramos a **entrega dos 30 veículos anunciados pelo Governo do Estado**.
- Propusemos **novos horários e trajetos para atender estudantes, comunidades rurais e moradores de municípios do interior**, com demandas em regiões como Venda Nova do Imigrante, Santa Teresa, São Mateus e o sul do Estado.
- Defendemos a **continuidade e a ampliação do ônibus do Bike GV**, mais espaço para **bicicletas no Aquaviário** e **acessos seguros à Ciclovia da Vida**.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Defender um **programa estadual de tarifa zero, com metas, fontes permanentes de financiamento e prioridade para quem mais precisa**.
- Aprovar o **direito ao transporte escolar**, previsto no *PL nº 156/2024*, e **garantir veículos seguros, acessíveis e adequados às diferentes realidades do Estado**.
- Fiscalizar a **renovação da frota e cobrar do Governo do Estado** ônibus climatizados, acessíveis e menos poluentes.
- Defender a **ampliação e a integração do Aquaviário com ônibus e ciclovias**, além de cobrar espaço seguro para bicicletas e estrutura adequada nas estações.
- Propor e cobrar **investimentos em rotas seguras para ciclistas e pedestres**, com ciclovias conectadas, iluminação, sinalização e travessias protegidas.
- Fiscalizar a gestão do transporte público e cobrar transparência nos dados, participação dos usuários e funcionamento efetivo dos conselhos de mobilidade.

Meio ambiente como bem comum

A crise climática atinge com mais força quem vive em áreas de risco, depende da pesca ou da agricultura e enfrenta enchentes, calor extremo, poluição e falta de infraestrutura.

Proteger o meio ambiente é proteger vidas.

O que já fizemos

- **Enfrentamos o PEDUC**, programa do Governo do Estado que abriu caminho para a concessão de parques estaduais à iniciativa privada. **Cobramos estudos, impactos, capacidade de fiscalização e participação das comunidades**, inclusive no Parque Estadual de Itaúnas.
- Acionamos o Ministério Público para **investigar a mancha escura e o mau cheiro na Praia da Guarderia e na Ilha do Frade**, cobrando a identificação da origem da poluição, a análise da água e a responsabilização dos envolvidos.
- Cobramos do Governo do Estado o **monitoramento regular da qualidade da água nas praias de todo o Espírito Santo**, a divulgação dos resultados e providências para identificar e interromper as fontes de poluição.
- Criamos o **Dia Estadual para a Ação Climática**, em memória da enchente de Mimoso do Sul e para fortalecer a prevenção de novos desastres, com a aprovação da *Lei nº 12.771/2026*.
- Cobramos **providências sobre a poluição do Rio Angelim**, possíveis crimes ambientais na Vila Cajueiro, a qualidade do ar da Grande Vitória e a balneabilidade das praias.
- **Fiscalizamos o déficit de servidores do IEMA** e o acúmulo de processos de multas ambientais, que dificultam a responsabilização de quem degrada o meio ambiente.
- Votamos **contra propostas que flexibilizam o licenciamento ambiental e reduzem a proteção das comunidades e dos territórios**.
- Atuamos ao lado de **povos tradicionais, pescadores, agricultores e comunidades atingidas por enchentes, erosão, poluição, grandes empreendimentos e racismo ambiental**.

O que vamos FAZER AVANÇAR

- **Aprovar a Política de Climatização Ecológica das Escolas**, com arborização, jardins, telhados verdes, melhor ventilação e reaproveitamento da água da chuva.
- Aprovar a **proibição do corte de água e energia de famílias de baixa renda** durante ondas de calor extremo.
- Ampliar a **agricultura urbana para áreas periurbanas e fortalecer a agroecologia**, as hortas comunitárias e escolares e a produção de alimentos saudáveis.
- Cobrar que a **prevenção de enchentes, deslizamentos, secas e ondas de calor** tenha recursos garantidos no orçamento estadual.
- Defender **o fortalecimento do IEMA, com servidores e estrutura** para fiscalizar empreendimentos, analisar licenças e cobrar multas ambientais.
- **Combater novas tentativas de flexibilização do licenciamento** e cobrar que as comunidades afetadas sejam ouvidas antes da aprovação de grandes empreendimentos.
- Combater a poluição das águas, da terra e do ar, cobrando a **universalização do saneamento e o controle das atividades poluentes industriais e agrícolas**.
- Cobrar que as **cidades sejam preparadas para as mudanças climáticas, com políticas de gerenciamento dos riscos** associados a deslizamentos de encostas, inundações, erosão marítima e outros fenômenos agravados pelo aquecimento global.
- **Lutar pela ampliação do patrimônio ambiental coletivo**, com mais parques, áreas verdes e arborização do sistema viário.
- Defender propostas e ações de proteção aos mananciais, nascentes, matas remanescentes e áreas ambientalmente frágeis, com a **implantação de unidades de conservação e o fortalecimento da fiscalização**.



Terra para quem vive e produz nela

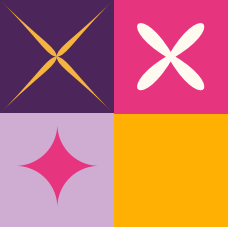
Terra precisa cumprir uma função social: produzir alimentos, gerar trabalho e garantir vida digna. Por isso, defendemos a reforma agrária, a agricultura familiar e o direito das famílias de permanecerem no campo.

O que já fizemos

- Realizamos **mais de 60 ações relacionadas a conflitos fundiários rurais**, entre visitas, atendimentos, mediações, audiências e articulações.
- Estivemos presentes em assentamentos, acampamentos e ocupações rurais, **acompanhando ameaças de despejo e cobrando soluções sem violência.**
- Atuamos contra o *PL nº 166/2023*, que **buscava criminalizar as ocupações e os movimentos de luta pela terra. O projeto foi vetado e arquivado.**
- Solicitamos a participação da **Comissão de Direitos Humanos nas visitas da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça**, levando as demandas das famílias aos espaços de mediação. Além de cobramos a suspensão de despejos sem diálogo e sem proteção às famílias.
- Acionamos os **órgãos responsáveis para defender a permanência das 31 famílias do Acampamento João Gomes, em Palhal**, onde o Incra já reconheceu a viabilidade da criação de um assentamento.
- Destinamos emendas para a **compra de equipamentos e o fortalecimento da agricultura familiar.**

O que vamos FAZER AVANÇAR

- Acompanhar de perto a **cessão da área de Palhal ao Incra e cobrar a conclusão do processo de criação do assentamento para as 31 famílias.**
- Defender que **terras públicas cumpram sua função social e tenham destinação transparente**, com prioridade para reforma agrária, agricultura familiar, moradia e comunidades tradicionais.
- **Cobrar do Estado infraestrutura, estradas, água, energia, saúde, educação, assistência técnica e acesso ao crédito nos assentamentos.**
- **Fortalecer**, por meio de propostas e emendas, **a agricultura familiar, a agroecologia, a produção sem veneno e a comercialização local.**
- Aprovar a **ampliação da Política Estadual de Agricultura Urbana** para as áreas periurbanas, apoiando hortas comunitárias e escolares e a produção de alimentos saudáveis.
- Defender que **nenhum despejo coletivo ocorra sem visita técnica, estudo social, mediação e uma alternativa digna para as famílias.**



Deputada Estadual | PSOL

CAMILA
VALADÃO
50180

Sempre
por **nós**

Fale com a gente no Whatsapp!



umadenos.com.br

 [camilavaladao](https://www.instagram.com/camilavaladao)

